



EM BUSCA DA VERDADEIRA INCLUSÃO: O USO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA EM PROL DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

JOSILENE SOUZA LIMA BARBOSA
RITA DE CÁCIA SANTOS SOUZA
VALÉRIA MARIA AZEVEDO GUIMARÃES

EIXO: 4. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

Resumo

O presente artigo é um estudo bibliográfico que fez parte de uma pesquisa de mestrado e que resultou em um projeto. O título deste artigo é discutir questões sobre as dificuldades existentes da educação inclusiva e quais estratégias podem levar a para a construção do conhecimento, a conquista da autonomia intelectual e para a minimização da violência simbólica no

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Violência Simbólica. Tecnologia Assistiva.

INTRODUÇÃO

A educação brasileira é discutida entre teóricos, educadores, pais, políticos e a comunidade. No entanto é um tema de muitos estados físicos, sociais e morais exigidos pela sociedade. Para ele, a educação é um processo social e consiste, pois, em fazer o indivíduo subordinar-se cegamente à coletividade, a tornar-se “uma coisa da sociedade”. Hoje tem-se esforçado para fazer com que Bordieu e Passeron (1975) defendem que a escola é local de reprodução de uma cultura das classes dominantes e com o Poder da violência simbólica: todo o poder que acaba por impor significações como legítimas, dissimulando as relações de força. A ação pedagógica: constitui objetivamente a violência simbólica. É exercida por todos os membros educados de uma forma. A autoridade pedagógica: necessariamente implicada pela ação pedagógica, aparece como poder da violência simbólica, no trabalho pedagógico: trabalho de inculcação que deve perdurar por um longo tempo, a fim de produzir uma formação duradoura. O Habitus: produto da interiorização de um arbitrário cultural capaz de se perpetuar após o término da atividade pedagógica. A teoria se refere às formações sociais onde têm vigência relações de força, sejam as que, se estabelecem entre classes. A comunicação de massa, a doutrinação política, a pregação religiosa, a educação escolar, a prática desportiva, etc. Para as condições de produção e reprodução. Os autores defendem que nas escolas a violência simbólica está diretamente ligada à cultura arbitrário, por não considerar a cultura e o modo de pensar das classes menos favorecidas. Para eles quanto mais dominados. Quando esse acabamento se dá, a cultura dominante é definida como cultura autêntica, universal.

[...] É essa cultura (arbitrária que delimita o conteúdo a ser imposto, os destinatários a quem a ação pedagógica deve se referir) (PASSERON, 1975, p.91).

Segundo Cunha (1979), a teoria da violência simbólica foi elaborada de modo a deixar entrever as desigualdades sociais. A dominação de classe engendram, necessariamente, a luta de classes. A escola favorece os já favorecidos; exclui, repele. Na educação especial e inclusiva estas reflexões são ainda mais pertinentes, porque os alunos com deficiência apesar de terem seu potencial, por não acreditarem que esses alunos possam refletir e tomar as suas próprias decisões e acabam subutilizando o espaço de aprendizagem para todo e qualquer aluno, independentemente de ter alguma limitação. E de socialização, desenvolvimento dos alunos, que acabará refletindo na sociedade.

Este estudo é uma pesquisa qualitativa, envolvendo a pesquisa bibliográfica, que busca discutir sobre a educação especial. O Núcleo de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe.

EM BUSCA DA INCLUSÃO ESCOLAR

A inclusão escolar da pessoa com deficiência é um dos assuntos mais discutidos na mídia, na sociedade e principalmente para a aquisição do conhecimento. Algumas pessoas são contra a inclusão e outras se colocam a favor, o fato concreto é

Precisa-se buscar soluções que amenizem as dificuldades e viabilizem a construção do conhecimento dos alunos. Esta forma que os ditos normais, e tomam pouca ou nenhuma providência para que tenham verdadeiramente o direito de ter. A maioria das vezes acaba tornando-se excludente. Excludente porque pouco se reflete sobre as necessidades e individualidade. É preciso muito mais além do ato de incluir crianças com deficiência em escolas ditas inclusivas, é preciso aceitar esses casos de alunos com dificuldades escolares, o professor precisa refletir sobre sua didática e procurar adequá-la para que (Beyer (2006, p. 9) afirma que:

A criança com necessidades especiais não é uma criança ontologicamente deficiente, porém uma criança como todas as outras, com uma identidade significativa e eficaz.

Isto posto, é notória a possibilidade do ensino a crianças com deficiência. O professor, os pais, a sociedade e a própria autonomia adquirida.

Outro aspecto que precisa ser levado em conta é a estrutura física da instituição. Há escolas com estruturas inadequadas e tentam adequar suas instalações para que todos possam ter acesso a escola em geral. Essa busca, geralmente, pode ser feita. Na educação inclusiva também se pode observar a violência simbólica de forma visível e arbitrária, os alunos com deficiência para a criação de uma escola inclusiva é estabelecer uma filosofia de escola baseada nos princípios democráticos e igualitários. Diante do exposto é possível observar o quanto os alunos com deficiência ou de classes menos favorecidas são anulados. A educação materna é Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), isto se assemelha a um ouvinte ser obrigado a ter acesso aos conteúdos. A Educação Especializada (AEE), mas a cultura imposta pela classe dominante, muitas vezes não o leva a refletir sobre as dificuldades, dentre elas a falta de formação docente e o apoio dos órgãos competentes. Salienta-se que o objetivo desta AEE é a realização do ensino inclusivo requer uma percepção do sistema escolar como um todo unificado, em vez de duas estruturas. Seja desejável e possível, mas que também comunique essa visão em todo o seu comportamento público, tanto em palavras quanto em atos. Os pronunciamentos desse apoio devem ser reforçados por passos organizacionais que demonstrem um sistema coerente. Diante da complexidade do assunto se faz necessário uma mudança significativa na forma das pessoas pensarem e entenderem com as modificações necessárias às suas limitações, pode conquistar o seu lugar na sociedade, para isso necessita um profissional que queira ser? A minha didática facilita o entendimento dos meus alunos? O que posso fazer para que os alunos com deficiência tenham acesso, a permanência e o sucesso escolar.

Embora muito discutida na sociedade, ainda há uma confusão entre as categorias: educação especial e educação inclusiva. Para as pessoas, engloba educação voltada para a inclusão do negro, da mulher, do índio, e dos marginalizados no contexto educacional. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases - LDB9394/96 a Educação Especial é uma modalidade de ensino que tem como objetivo atender os alunos com deficiência. A inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular, inclusive o suporte consiste em oferecer o Atendimento Educacional Especializado, ministrados por professores capacitados. O atendimento ao aluno, pode ocorrer em classes de educação especial ou escolas especializadas. Embora existam projetos que visam a inclusão, sentem-se melhor acolhidas nas escolas especiais. Ao se tratar destes casos, a decisão de qual tipo de educação é adotada depende das pessoas. Há também outros serviços proporcionados pela educação especial, tais como: atendimento em classes hospitalares. Segundo Sage (1999), as transformações necessárias para que a educação inclusiva alcance o seu propósito não devem ser feitas com o tempo. Estas modificações precisam ser aceitas pelos educadores, ao invés de esperar que apenas os órgãos competentes melhorem a qualidade da educação, mas pode-se considerar um avanço. Para Durkheim a educação é um processo passível de transformação.

TECNOLOGIA ASSISTIVA: UM FACILITADOR DO CONHECIMENTO

Por meio da atuação na educação especial e inclusiva foi possível observar e vivenciar as dificuldades enfrentadas por alunos com deficiência. Educação Especial: um estudo sobre a aplicabilidade da Tecnologia Assistiva à educação. O estudo é desenvolvido no Brasil e um dos maiores entraves encontrado na educação, para as pessoas com deficiência é encontrar métodos e recursos apropriados. O fato de ser democrática, almeja-se fazer um estudo criterioso que posteriormente, possa de alguma forma contribuir, para a educação, que pode maximizar as potencialidades e possibilidades de aprendizagem da pessoa com deficiência. Galvão Filho (2009) coloca que a missão do educador que trabalha com alunos inclusos não é o de facilitar, de diminuir as dificuldades, mas a construção do próprio conhecimento, é necessário que vivencie condições e situações nas quais ele possa exercitar suas habilidades. “rotas alternativas” para a construção de conhecimentos, e a Tecnologia Assistiva, é um forte aliado, neste processo.

No Brasil a Tecnologia Assistiva ainda é pouco conhecida, são poucos os referenciais teóricos relacionados a essa temática. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 e que está em vigor é o seguinte:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços, que visam à autonomia, qualidade de vida e inclusão social (CAT, 2007c apud GALVÃO FILHO, 2009, p.229).

São com essas tecnologias, artesanais ou mais equipadas, que podem fazer a diferença no aprendizado do aluno. O professor precisa perceber a diferença seja driblada e ele, junto com a escola e a sociedade, perceba o quanto ele é munido de capacidades. Em alguns casos,

O professor, por ter um contato diário com seu aluno, pode aguçar a sua observação e identificar quais dificuldades seu aluno enfrenta. Como foi abordada anteriormente a educação é um processo e diante das dificuldades enfrentadas no processo do ensino lançou o edital de Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial. Tendo como objetivo gerar no âmbito da Universidade Aberta do Brasil - UAB, que ofertaram cursos de formação continuada de professores na modalidade Desenvolvimento de Altas Habilidades, Desenvolvimento Cognitivo, Estimulação Precoce, entre outras, contemplando a educação especial. Pode-se citar também como exemplo, o curso de Tecnologias Assistivas, Projetos e Acessibilidade: promovendo a inclusão e qualificando os professores para que possam melhorar a qualidade de suas aulas e atender às necessidades dos alunos em inúmeras atividades, o docente tende a evadir dos cursos de capacitação.

Segundo Tornaghi (2008) não há necessidade de discutir se a escola deve ou não ter a tecnologia como recurso para apoiar a comunicação professor-aluno e o processo de ensino-aprendizagem, as TIC ainda geram resistência por parte dos professores. A tecnologia está proporcionando às pessoas, e, principalmente, às aquelas com deficiência, o direito de ter acesso às informações. Visto que, a maior queixa destes alunos é a falta de recursos que viabilizem a aprendizagem de forma significativa.

Outra medida importante que foi tomada para o incentivo à pesquisa nesta área partiu da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da área da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. De acordo com o edital o PROESP tem fundamental importância em promover as condições de acessibilidade pedagógica, e atender as necessidades específicas destes alunos. O PROESP

Com a evolução das tecnologias, criaram-se programas de capacitação dos docentes para que eles pudessem aproveitar a autonomia do aluno com deficiência.

CONCLUSÃO

O Brasil enfrenta problemas sociais e educacionais. Os professores-pesquisadores têm a responsabilidade de estar atentos e se interessar em desenvolver projetos de pesquisas. Há algumas pesquisas que abordam sobre os problemas, as dificuldades. A Tecnologia Assistiva, um dos temas discutidos em pesquisas, tem o objetivo de contribuir na educação e em outras áreas. Os professores, amigos e com pessoas de diferentes culturas. Alguns estão escrevendo a própria história de vida, produzindo e compreendendo outros aspectos referentes a educação da pessoa com necessidades especiais.

Contudo, como a educação consiste em um processo, acredita-se que no futuro próximo os alunos com deficiência possam contribuir sobre a prática pedagógica e sua contribuição para o desenvolvimento intelectual e social.

REFERÊNCIAS

- BEYER, Hugo Otto. A educação Inclusiva: ressignificando conceitos e práticas da educação especial. In: **Revista da Educação**, n. 10, p. 1-10, 2008.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. trad. R. B. Lima. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1984.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n.9.394**, Brasília, 1996.
- CAPES. Programa de Apoio à Educação Especial-PROESP/2009. Disponível em <<http://www.capes.gov.br/bolsa/prograr>>
- CUNHA, Luis Antonio. Notas para uma leitura da teoria da violência simbólica. In: **Educação e Sociedade**. Cortes e Morais, 1996.
- DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1965.
- GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. **Tecnologia Assistiva para uma escola inclusiva: apropriação demanda e perspectivas**. São Paulo: Artmed, 2008.
- HAECHE, Anne Van. **A escola posta à prova**. Trad. Sandra Longuerio. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- SAGE, Daniel. Estratégias administrativas para a realização do Ensino Inclusivo. In: Stainback, Susan; Stainback William; SCHAFFNER, Beth; BUSWELL, Barbara. Dez elementos para a criação de comunidades de ensino inclusivo e eficaz. In: TORNAGHI, Alberto. **Escola faz tecnologia, tecnologia faz escola**. 2007. 166 f. 1
- <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&ved=0CDEQFjAD&url=http%3A%2F%2Fskat.ih>
- Acesso em: 18 jun. 2015.

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe, Pós-Graduada em Educação Inclusiva, professora do Instituto de Educação da UFBA, professora da Universidade Federal de Sergipe, membro do Núcleo de Pesquisa em Inclusão Escolar, Graduada em Psicologia pela Universidade Tiradentes. Membro do NUPIEPED (Núcleo de Pesquisa em Inclusão Escolar).

Recebido em: 19/07/2015

Aprovado em: 26/07/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: